

A DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Jeferson Marsaro
João Francisco da Luz
Marcelo Cesar Firmiano¹

Resumo: Este artigo tem por finalidade apresentar a experiência vivenciada na disciplina de Prática de Ensino III (PE III) do Curso de Pedagogia da UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Cascavel – realizada na Escola Municipal Luiz Vianey Pereira, com os alunos da sala de 2ª a 4ª séries da modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA. Este trabalho fez parte do projeto de extensão “A Prática de Ensino enquanto espaço de interação entre ensino, pesquisa e extensão”, em que foi desenvolvida a “Oficina de alfabetização”. A metodologia de trabalho envolveu estudo teórico para embasar o planejamento e o desenvolvimento semanal da docência junto à turma mencionada.

Palavras-chave: educação de jovens e adultos, projeto político-pedagógico, Prática de Ensino e trabalho.

Introdução

As atividades realizadas a partir da disciplina de Prática de Ensino III² – PE III – com a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), na Escola Luiz Vianey Pereira, faziam parte do projeto de extensão: “A Prática de Ensino enquanto espaço de interação entre ensino, pesquisa e extensão”. Este projeto surgiu da necessidade de continuar o trabalho com os educadores e alunos da EJA de quatro escolas municipais de Cascavel iniciado em 2001 com acadêmicos da Prática de Ensino I³. Desse modo, o projeto integrou em suas atividades as Práticas de Ensino II – PE II – que é continuidade da Prática de Ensino I, e a Prática de Ensino de III, tendo como perspectiva a articulação entre a universidade e instituições responsáveis por esta modalidade.

Os objetivos da oficina de alfabetização, que constitui uma das atividades do projeto desenvolvida pelos acadêmicos da PE III e pelos acadêmicos da PE II, foram:

- a) compreender as diferentes formas que o homem utiliza para se comunicar e/ou convencer as pessoas; b) ter acesso aos textos: descritivo, literário, dissertativo, narrativo e informativo; c) explorar as etapas de leitura: decodificação, interpretação, confrontação e argumentação; d) trabalhar os diferentes tipos de leitura: prazer, estudo de texto, pretexto e busca de informações; e) oportunizar aos alunos a expressão de suas diferentes visões de mundo sobre um determinado tema; f) trabalhar o ritmo, a fluência e a entonação necessária, de acordo com cada tipo de texto; e, g) promover ao final do ano letivo, noções básicas para o processo de aquisição da leitura e da escrita. (FIGUEIREDO, 2002, p. 3).

Inicialmente, porém, é preciso destacar que os objetivos previstos na oficina de alfabetização não foram efetivados integralmente, em razão da reposição da greve⁴ mais longa da história brasileira, que coincidiu com o período de férias das escolas.

Conceber os estágios enquanto extensão e, portanto, desenvolver projetos nesta modalidade, representou um avanço para o Curso de Pedagogia da UNIOESTE – Campus Cascavel – a partir do novo projeto político-pedagógico – PPP, implantado em 1998.

O PPP da UNIOESTE – Campus de Cascavel – implantado em 1998 foi resultado de um amplo processo de discussões que iniciaram em 1992, a partir da Semana de Educação. Os debates que ocorreram entre os anos de 1992 e 1994 culminaram em grupos de trabalho que, em 1997, deliberaram em plenária o PPP do Curso de Pedagogia.

Para viabilizar esse propósito foram constituídos três grupos de estudo formados por docentes e discentes do curso de Pedagogia, que ficaram responsáveis para discutir questões como: a) avaliação do currículo em vigência da instituição e de outras instituições superiores; b) análise dos estágios curriculares e das habilitações; c) reflexão e elaboração dos pressupostos teóricos, dos objetivos, da justificativa e do perfil profissional. Este processo também

[...] envolveu instituições ligadas à educação, que responderam questionários a respeito da formação dos egressos, na defesa de que os cursos de formação de educadores deveriam priorizar: a) a superação da fragmentação e hierarquização do trabalho pedagógico; b) a compreensão da totalidade do processo educativo; c) o rompimento do estágio com caráter de terminalidade. (FIGUEIREDO, 2002, p. 1).

E, assim, coletivamente, ficou definido que o Pedagogo formado na UNIOESTE – Campus de Cascavel, deve ser capaz de atuar na Educação Infantil, Ensino Fundamental, bem como ter embasamento teórico para trabalhar na organização do trabalho pedagógico e gestão escolar. Para tanto necessita de uma sólida fundamentação teórico-metodológica, articulando os eixos do ensino, da pesquisa e da extensão, incluindo neste processo os estágios “[...] compreendidos em sua dimensão formadora, como mediadores da formação dos profissionais da educação.” (ORSO, 1999, p. 45).

Considerando a atuação do pedagogo, a concepção de educação do curso de Pedagogia compreende que ela é uma

[...] atividade mediadora pela qual a sociedade prepara seus membros para viverem nela mesma. Neste sentido, pode-se dizer que a educação [...] produz o homem necessário para cada local e época [...] a educação é contraditória: implica simultaneamente na assimilação e conservação sintéticas da história anterior e transformação, criação de novos saberes, de novas formas de ser; se realiza nas condições de uma sociedade de classes; e é contraditória também, porque no intuito de transmitir o saber acumulado para se reproduzir e perpetuar ela possibilita a crítica, a negação e a superação do saber e das condições existentes. (ORSO, 1999, p. 25-26).

Partindo dessa breve consideração sobre qual pedagogo o curso de Pedagogia visa formar e sobre a concepção de educação que fundamenta o PPP, gostaríamos de destacar as diretrizes embasadoras dos estágios supervisionados, que são, prioritariamente, o objeto deste trabalho.

As atividades de estágio que correspondem a 300 horas, conforme a LDB – Nº 9.394/96, são organizadas a partir das disciplinas de Prática de Ensino I, II e III, contempladas a partir da 2ª série do curso de Pedagogia. As atividades são desenvolvidas em escolas públicas e instituições não escolares, de educação infantil, educação especial, ensino fundamental e médio, em práticas de docência/extensão e pesquisa enquanto atividade do pedagogo organizador do trabalho pedagógico e gestão escolar, visando construir o perfil e a autonomia do discente enquanto educador.

Entendemos essa prática como uma das condições necessárias à formação do educador, e para satisfazer esta necessidade, desenvolvemos o projeto de extensão/estágio junto aos alunos de educação de jovens e adultos, a partir de atividades que foram desenvolvidas com os adultos de 2ª a 4ª séries, da Escola Municipal Luiz Vianey Pereira, as quais serão apresentadas a seguir.

Reflexões realizadas com os alunos de 2ª a 4ª séries

A categoria trabalho sempre foi considerada como um elemento central em todas as culturas, porém sua conotação nem sempre é positiva. Podemos citar a bíblia como exemplo – que enfatiza o aspecto negativo desta categoria colocando o trabalho como um castigo. Por outro lado, questões de ordem moral surgem como elementos de contraposição a este aspecto negativo, quando afirmamos, por exemplo, que o “trabalho dignifica o homem”, o que nega o caráter punitivo. Para abordar este conceito devemos ter discernimento suficiente para não considerar esta afirmação como uma verdade absoluta.

Portanto, para analisar com os alunos a categoria trabalho, partimos da seguinte questão: como se deu a metamorfose de um ser primitivo que vivia em cavernas e pouco se distinguia de outros animais, ou seja, como ocorreu o processo de humanização do homem?

Podemos considerar o trabalho como fator principal do desenvolvimento do homem, pois o processo de planejar de forma intencional, através de uma ação adequada à finalidade, ele criou um mundo humano e o transformou à medida que alterou o modo de produção material, alterando a natureza biofísica, de modo a atender as suas necessidades. Neste processo o homem se transformou, produzindo a própria natureza humana e estabeleceu uma mútua relação de interferência com o mundo, diferenciando-se essencialmente dos animais.

Deste modo, o homem inicialmente não utilizava de forma racional a língua escrita, e estava ligado a situações inéditas que o desafiavam. A necessidade de criar sistemas de linguagem para poder ter uma melhor comunicação e exprimir seus desejos, emoções e também utilizar como meio de subsistência ocorreu na medida em que as atividades se tornaram cada vez mais complexas, exigindo a necessidade de auxílio mútuo para desenvolvê-las.

A linguagem não só libertou o homem da sua subordinação ao concreto e ao imediato, permitindo-lhe operar na ausência dos objetos pela ação de uma consciência capaz do discernimento e da abstração, como é responsável juntamente

com o trabalho pela própria formação das faculdades que possibilitam a realização dessas operações. (PARANÁ, 1990, p. 35).

Portanto, a transformação do homem biológico para o sócio-histórico ocorreu no momento em que houve a associação entre o pensamento verbal e a linguagem racional, pois “a associação entre o pensamento e a linguagem é atribuída à necessidade de intercâmbio dos indivíduos durante o trabalho, atividade especificamente humana.” (OLIVEIRA, 1995, p. 45). A linguagem neste processo foi fundamental, pois, se inicialmente ela estava articulada à prática e aos gestos, posteriormente, pela complexidade exigida no desenvolvimento do trabalho, produziu-se um sistema de códigos que possibilitou transmitir qualquer informação e permitiu ao homem ampliar o seu grau de abstração, libertando-o da situação concreta.

Desse modo, para Vygotsky, segundo Oliveira (1995), uma das principais funções da linguagem é o intercâmbio social, que permite ao homem comunicar-se com outras pessoas. Outra função importante da linguagem é o desenvolvimento do pensamento generalizante, mediante o qual podemos fazer a ordenação do real, o agrupamento de todas as ocorrências de uma mesma classe de objetos, eventos, situações, sob uma mesma categoria conceitual, o que permite, portanto, a comunicação entre os indivíduos.

Pelo trabalho o homem desenvolveu a tecnologia, produziu conhecimentos, ideologias, valores, e desta ação prática resultou a consciência e a linguagem. O resultado da ação do homem no processo de transformação da natureza possibilitou a ele produzir e acumular conhecimentos/informações produzidos ou descobertos coletivamente. Assim, a finalidade de identificar os elementos culturais, concebendo a educação como um fenômeno próprio dos seres humanos, tem como condição necessária o processo de trabalho. Mas como isto foi possível? Podemos atribuir a sua origem através do pensamento exteriorizado pela ação, estabelecendo a relação entre teoria e prática, desenvolvendo outras formas de linguagem que foram produzidas pelo trabalho, apontando para uma práxis historicamente construída através de um processo sócio-histórico.

Segundo Saviani (2000), existem duas categorias de trabalho humano: o trabalho material (produção de bens materiais) e o trabalho não-material que é a produção intelectual. Na categoria de trabalho não-material existe o trabalho em que o produto se separa do produtor como é o caso de livros e produções artísticas, e existe, também, o trabalho em que o produto não se separa do produtor. Neste último, podemos compreender o trabalho educativo, pelo qual o processo de produção e o processo de consumo ocorrem simultaneamente.

Sendo o trabalho educativo uma categoria do trabalho humano e a natureza humana produzida pelo próprio homem na sua relação com o mundo, segundo Saviani (2000, p. 14), “[...] o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens.” Para que cada indivíduo se aproprie do conhecimento historicamente produzido, é necessário que haja a socialização do saber, da cultura acumulada ao longo da história humana e sistematizada através da escrita. Este é um dos principais objetivos da escola, cabendo-lhe, pois, propiciar ao aluno a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado sob a forma de conteúdos, a partir dos processos de socialização, apropriação/apreensão crítica, do conhecimento científico, epistemológico, acumulado historicamente, dando condições ao aluno para superar o conhecimento espontâneo e o saber fragmentado.

Foi a partir da linguagem que o homem organizou as atividades realizadas em grupo, comunicou informações, bem como acumulou experiências. Este processo foi possível porque as experiências foram codificadas pela palavra. Assim, buscamos compreender a linguagem a partir do grau de desenvolvimento do trabalho realizado coletivamente, considerando que ela é um conjunto heterogêneo e complexo de variedades lingüísticas. A ação pedagógica realizada com os adultos refletiu sobre a variedade lingüística, destacando, ao mesmo tempo, que a norma padrão⁵ é utilizada para a sistematização do conhecimento acumulado.

Esta é a condição para que o aluno possa dominar o universo da oralidade, da leitura e da escrita e perceber o jogo de intenções do interlocutor, desvelar o universo discursivo, pois a linguagem é

essencialmente argumentativa e sobretudo é resultado da interação social dos sujeitos. Nesta perspectiva, é necessário respeitar e valorizar as variantes lingüísticas dos diversos dialetos presentes numa mesma língua, (no caso a nossa língua materna), entendendo que não existe o certo ou o errado o bom português ou mau português e sim a valorização da norma padrão, adotada por um grupo que detém o poder.

Também foi importante discutir com os alunos que quando entramos na escola geralmente falamos de uma outra forma não porque somos menos capazes ou menos inteligentes do que os outros que falam mais próximo da norma padrão, mas porque aprendemos a falar de tal forma em função do nosso grupo social e do meio material com os quais interagimos.

Diante dessas considerações, o trabalho com a língua portuguesa deve ter como um dos objetivos a apropriação da norma padrão, promovendo momentos de discussão com os alunos, para que possamos compreender como funciona a linguagem humana, quais os usos que tem e como devemos fazer para entender ao máximo esses usos nas suas modalidades escrita e oral, em diferentes situações de vida, ampliando assim a interação do aluno nos discursos oral e escrito.

Devemos levar em consideração que ao chegar à escola a criança, ou o adulto, já é um falante da língua, porém, sem domínio da escrita e da leitura, e que o aluno pode perder a sua capacidade de análise da linguagem oral e escrita se a ênfase for dada à ortografia, como tradicionalmente tem sido comum na escola.

Neste sentido, a língua deve estar permeada de significação uma vez que ela

[...] não é um todo uniforme, e acabado regulado por regras fixas, mas o próprio processo dinâmico de interação verbal, oral ou escrito, onde os interlocutores instituem o sentido de seu discurso. Efetivamente tomar as palavras fora do contexto de interação é descaracterizar a própria língua. (PARANÁ, 1990, p. 37).

É condição fundamental para trabalhar com a língua portuguesa que nós tenhamos conhecimento lingüístico, conhecendo ao mesmo tempo as particularidades históricas dos grupos falantes da língua e

tendo como eixos do ensino de língua portuguesa a oralidade, a leitura, a escrita e a análise lingüística.

Partindo dessas considerações, a atuação pedagógica realizada em sala de aula visou analisar e estudar as diferentes tipologias textuais que estão presentes em nossa sociedade com o propósito de revelar suas intenções, suas mensagens, seus aspectos reais, ideológicos, culturais e religiosos, enfim, a expressão/manifestação dos indivíduos como forma de objetivar o pensamento. Neste estudo também ressaltamos a diversidade de tipos e estruturas de texto, abordando concepções de educação, de sociedade e de homem, com a finalidade de analisar com os alunos o contexto político e sócio-histórico presente em cada texto.

Para a realização deste trabalho elegemos as seguintes tipologias de texto: documento oficial (Constituição Federal de 1988), música, charge, poesia e leitura de jornais/revistas, com o propósito de expor a relação oralidade/escrita/leitura, uma vez que a linguagem compreende estas três relações que

[...] são três realidades da vida de uma língua, que estão intimamente ligadas em sua essência, mas que têm uma realização própria e independente nos usos de uma língua. (CAGLIARI, 1992, p. 30).

Primeiramente realizamos a leitura e compreensão dos diferentes tipos de texto e das idéias contidas neles – o que resultou na produção de um texto por parte dos alunos que também teve como objetivo diagnosticar o estágio de desenvolvimento da escrita dos mesmos, com vistas a um trabalho específico nestas dificuldades. A seguir, descreveremos de forma sucinta as atividades desenvolvidas em sala de aula:

Texto I – documento oficial

Constituição Federal de 1988

Capítulo II – Dos Direitos Sociais.

Art. 7º IV – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais bá-

sicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim. (BRASIL, 2000, p. 11).

Ao apresentar o texto, buscou-se não mencionar a fonte de origem, de forma a perceber certa noção de conhecimento pré-existente, mesmo que incipiente. Tínhamos a suspeita de pouca informação por parte dos alunos, que de fato foi confirmada, assim como a maioria dos brasileiros, a maioria dos alunos desconhecia a origem do texto.

A partir de uma breve apresentação deste item da Constituição Federal, abriu-se para um debate, no intuito de fazê-los perceber a necessidade de conhecer os seus direitos. Iniciamos a análise do texto com objetivo de saber a compreensão dos alunos em relação a alguns temas, tais como: salário, salário mínimo, necessidades básicas e poder aquisitivo. Após a discussão destes assuntos, levantamos algumas necessidades básicas, atribuindo valor a cada uma, em seguida totalizando e estabelecendo uma relação de valor com o salário mínimo, levantado a questão se o referido item da Constituição Federal está ou não sendo cumprido.

Texto II – letra de música

Que país é este? (Renato Russo, 1978)

Nas favelas, no Senado
Sujeira pra todo lado
Ninguém respeita a Constituição
Mas todos acreditam no futuro da nação
Que país é este? (bis)

No Amazonas, no Araguaia, na Baixada Fluminense
Mato Grosso, nas Gerais e no Nordeste tudo em paz

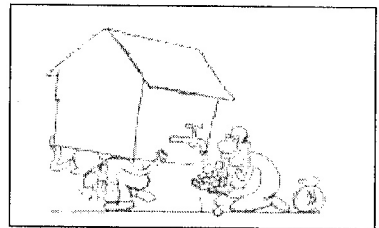
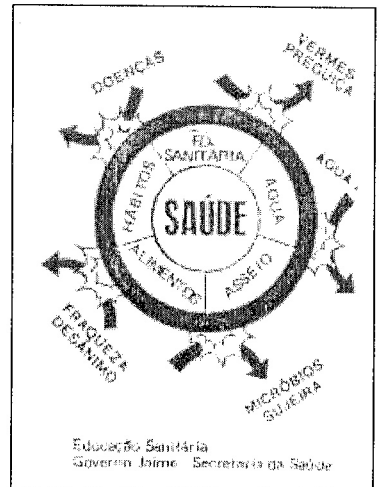
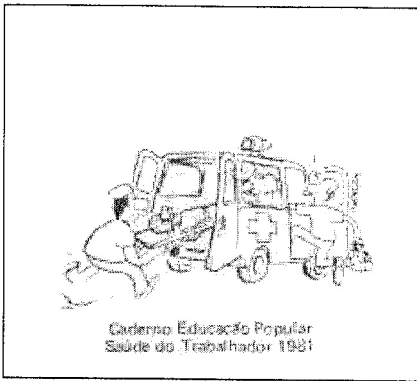
Na morte eu descanso mas o sangue anda solto
Manchando os papéis, documentos fiéis
Ao descanso do patrão
Que país é este? (bis)

Terceiro mundo se for
Piada no exterior
Mas o Brasil vai ficar rico
Vamos faturar um milhão
Quando vendermos todos as almas
Dos nossos índios em um leilão
Que país é este? (bis)

No início houve certa resistência, pois o gênero desta música é rock e eles não apreciaram muito. Uma vez que, além de distribuímos a letra também ouvimos a música, explicamos a eles que a parte que nos interessava não era a melodia e sim a letra. Estabelecemos relação com a aula anterior, quando tratamos da Constituição Federal de 1988, situamos o contexto sócio-político da época em que a letra foi composta com o contexto atual. Ressaltamos, então, que apesar de ser escrita há mais de vinte anos, o nosso país continua com os mesmos problemas e, por isto, é considerada um clássico.

Analizamos a mensagem do texto com questões como: A sujeira da favela e a do Senado são iguais? O que é Senado? O que é terceiro mundo? Quem não respeita a Constituição, a favela ou o Senado? É possível acreditar no futuro da nação? Por que o Brasil é motivo de ue este texto está estruturado em versos e estrofes.

Texto III – charge



Fonte: Vandrúscolo (2000, p. 130).

Para encerrar o conteúdo das aulas anteriores, escolhemos algumas charges para que os alunos pudessem perceber as relações com os textos anteriores. Após analisar o conteúdo, identificar as personagens pelas características apresentadas e destacar que a linguagem pode ser estabelecida também através de desenhos, propomos a construção de um texto individual. Houve uma certa resistência para escrever. Mesmo assim, não foi difícil fazer com que os alunos da EJA, de 2ª a 4ª séries, sistematizassem suas considerações sobre o tema, conforme segue:

Cascavel, 16/9/2002

1. Sobre o salário míni
2. mo é não dá pra ma
3. nter. saúde também e o
4. rrível nos paga o impôs
5. to cada coisa que nos
6. compra paga os produ
7. tos, o salário não é
8. bom mais. quem quer
9. mudar de sistema ma
10. is, o Brasil vai que
11. mudar quem que
12. saber votar esse
13. político só prome
14. ssa e não faz nada

1. Cascavel, 16/9/2002
2. Sobre o salário míni
3. mo é não dá pra ma
4. nter. saúde também e o
5. rrível nos paga o impôs
6. to cada coisa que nos
7. compra paga os produ
8. tos, o salário não é
9. bom mais. quem quer
10. mudar de sistema ma
11. is, o Brasil vai que
12. mudar quem que
13. saber votar esse
14. político só prome
15. ssa e não faz nada

A Nossa Vida

1. A saúde precisamos co
2. re para sermos atendido
3. sair de madrugada para pe
4. gar ficha para cuidar da nos
5. sa saúde.
6. A fome precisamos trabalhar
7. para comer, calçar, vestir
8. e para termos saúde estamos
9. estudando para o salário
10. melhor.

1. A nossa vida
2. A saúde precisamos co
3. re para sermos atendido
4. sair de madrugada para pe
5. gar ficha para cuidar da nos
6. sa saúde.
7. A fome precisamos trabalhar
8. para comer, calçar, vestir
9. e para termos saúde estamos
10. estudando para o salário
11. melhor.

Como os resultados das produções foram diversos, foi utilizado o material que trazia os “Critérios para análise da produção escrita escolar”⁶, como parâmetro para análise da produção textual. A partir da análise de todos os textos, trabalhamos a reestruturação. Entretanto, o objetivo neste caso, não foi destacar a reestruturação, mas enfatizar a importância desta atividade para o processo de aquisição/sistematização da escrita, pois este procedimento supera as atividades isoladas do trabalho com a língua portuguesa, tais como: separe em

sílabas ou passe as palavras/frases para o plural, conforme algumas necessidades dos textos acima.

Este trabalho de reestruturação, ao eliminar as atividades isoladas da língua, toma como ponto de partida o objetivo mais geral do ensino de português para todas as séries da escola que é possibilitar ao aluno a reflexão de como funciona a linguagem humana nas modalidades oral e escrita, e que devemos levar em consideração neste processo “[...] desde a compreensão da escrita em sua função social, o domínio progressivo do sistema gráfico e a estruturação do texto.” (PARANÁ, 1999, p. 46).

Este procedimento supera o que há muito tempo esteve presente na escola,

A relação professor-aluno era estabelecida não no diálogo, mas na monologia, com um único saber a ser considerado: o enciclopédico; uma única variedade a ser escutada: a padrão; um único conhecimento lingüístico a ser apreendido: o gramatical. (QUIRINO, 2000, p. 50).

Enfim, na sociedade atual, onde a luta pela sobrevivência é uma constante, especialmente para a grande massa da população que vive na linha da pobreza ou abaixo dela, a escola pode representar um espaço importante na instrumentalização dos indivíduos para compreensão das relações sociais existentes em nossa sociedade, analisando as relações da atual estrutura capitalista, os falsos discursos que são veiculados sobre determinados temas e o mito da escola enquanto promotora da ascensão social. Ter claros os mecanismos que induzem a reprodução da sociedade dividida entre os trabalhadores e os donos dos meios de produção é condição fundamental e só poderá ser efetivada dependendo da concepção de homem, de educação e de sociedade que temos.

Notas

¹ Acadêmicos da 4ª série do noturno do Curso de Pedagogia da UNIOESTE – Campus de Cascavel. E-mail: marcelo.cesar@estadao.com.br

² As atividades foram coordenadas pela professora Ireni M. Z. Figueiredo, do Colegiado de Pedagogia da UNIOESTE – Campus de Cascavel. E-mail: ireniza@pop.com.br

³ A atividade de pesquisa foi desenvolvida pelas acadêmicas da 2ª série do Curso de Pedagogia do noturno sob a coordenação das professoras Ireni M. Z. Figueiredo e Isaura M. S. Zanardini, a partir da Prática de Ensino I, no ano letivo de 2001. As Escolas pesquisadas foram: Luiz Vianey Pereira, Atílio Destro, Inglacir L. Farina e Nicanor Schumacher. As acadêmicas envolvidas foram: América M. Fernandes, Ana P. da S. Locatelli, Cristina S. Mânica, Daniele Lopes, Francielle H. B. Martins, Iraci Anzolin, Jucelem Riquetti, Karen M. Machado de Paiva, Lia M. Rauber, Sônia Maria Vieira Forselini, e Vera L. das N. Leite.

⁴ A greve teve duração de aproximadamente seis meses (17/09/2001 a 04/03/2002) e, juntamente com a UNIOESTE, participaram as universidades de Maringá (UEM) e de Londrina (UEL).

⁵ A norma padrão da língua portuguesa além de ser valorizada socialmente possibilita o acesso a um universo de conhecimentos produzidos, sistematizados historicamente. Assim, o efetivo domínio da norma padrão não deve se dar apenas com o domínio de uma metalinguagem (linguagem técnica sobre a língua), mas sobretudo, o funcionamento desta variedade (ATHAYDE DE JÚNIOR, 1993).

⁶ Segundo o documento, elaborado por Rosana Becker Quirino, para análise dos textos é necessário considerarmos os aspectos textuais (coerência, coesão, seqüência etc.), os aspectos sintáticos (frase, período etc.) e os aspectos fonéticos (ortográficos). Interessante considerar que ao analisar os textos dos alunos constatamos alguns aspectos fonéticos, tais como: o processo de transcrição fonética (presizemos-mante), em que se escreve como na fala; a segmentação (a tendido, es tudando), que pode ocorrer devido a acentuação tônica das palavras; a separação de sílabas de forma indevida (ma-nte/promessa); o uso indevido de letras (melora), entre outras.

Referências

ATHAYDE DE JÚNIOR, M. C. **Planejando o ensino de língua portuguesa de pré a 4ª série**. Cascavel; ASSOESTE, 1993.

ASSOESTE, Equipe pedagógica - Região Oeste Paraná. **Diversas atividades**. Cascavel, 1999.

BRASIL. **Constituição Federal**. 5. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2000, p. 11.

CAGLIARI, L. C. **Alfabetização e lingüística: língua portuguesa, pedagogia, psicologia, fonoaudiologia**. São Paulo: Scipione, 1992.

FIGUEIREDO, I. M. Z.; ZANARDINI, I. M. **A implantação do projeto político-pedagógico do Curso de Pedagogia da UNIOESTE – Campus de Cascavel e Prática de Ensino**. Cascavel (PR), 2002.

OLIVEIRA, M. K. **Vygotsky aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 1995.

ORSO, P. (Org.). **Projeto político-pedagógico**. Cascavel: EDUNIOESTE, 1999.

PARANÁ – SEED. **Currículo básico para a escola pública do estado do Paraná**. Curitiba, 1990.

QUIRINO, R. B. A constituição da subjetividade na relação professor-aluno. **Revista Línguas & Letras**, Cascavel: EDUNIOESTE, v. 1, n. 1, 2000.

VENDRÚSCOLO, Baltadar. **Educação em crise, crise na sociedade**. 2. ed. Cascavel: ASSOESTE, 2000.

SAVIANI, D. Sobre a natureza e especificidade da educação. In: [s.n.] **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Campinas, SP: Autores Associados. 2000.

Abstract: The purpose of this article is to present the experience lived in the discipline of Teaching Practice III (PE III) of Pedagogy Course of UNIOESTE – State University of the West of Paraná, Campus Cascavel – accomplished at the Municipal School Luiz Vianey Pereira, with the students from de second to the fourth series of the modality of Youth and Adults Education – EJA. This work took part of the extension project “The Practice of Teaching as an interacting space in teaching, researching and extension”, in which it was developed the “Workshop of Literacy”. The work’s methodology involved theoretical study to base the planning and the weekly development of teaching close to the mentioned group.

Keywords: youth and adults education, political-pedagogic project, teaching practice and work.